

# FH: o Governo não é refém da base

No 5º aniversário do Real, presidente promete reformas este ano sem se curvar a interesses

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA

**A**o participar ontem de uma solenidade de comemoração do quinto ano do Plano Real, o presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou para mandar um recado duro aos partidos de sua base: disse que não ficará refém de barganhas políticas para aprovar no Congresso projetos do seu interesse. Ele citou as reformas tributária, política e do Judiciário e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fernando Henrique afirmou que o Governo não é "prisioneiro de nenhum acordo aqui ou ali". Ao prometer se empenhar pela aprovação da reforma tributária e da Lei de Responsabilidade Fiscal ainda este ano, o presidente criticou estados e municípios que emitem sem qualquer controle títulos para o pagamento de precatórios (dívidas judiciais). E disse que o Tesouro e, por consequência, o povo acabam pagando por esse endividamento.

— Vamos precisar continuar com muito ímpeto as reformas que iniciamos. A reforma tributária há de ser feita este ano. Continuaremos a reforma da Previdência. Precisamos de uma Lei de Responsabilidade Fiscal e estaremos acompanhando a reforma do Judiciário e a política, que são de interesse do país. Mas nada disso será feito com a idéia de que o Governo é prisioneiro de alguma decisão que dependa de acordos aqui ou ali. O Governo não se sente prisioneiro de nada a não ser do interesse popular, a não ser do interesse nacional — afirmou Fernando Henrique.

## Presidente critica "coveiros" e os que condenaram o Real à morte

A crítica de Fernando Henrique teve como alvo também a negociação que permitiu a transferência de precatórios da Prefeitura de São Paulo para a União. Até o fim do ano, estarão vencendo cerca de R\$ 2,3 bilhões em precatórios, que serão pagos pelo Banco do Brasil. Nos últimos dias, o BB alertou o Governo e o Congresso dos riscos financeiros que corria aos assumir dívidas de estados e municípios. Mas o presidente não citou, em nenhum momento, o nome do prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB).

— Aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal é fundamental para que não haja esses precatórios e esses endividamentos sem fim, que no passado alguns estados e algumas prefeituras fizeram e que terminam sempre por serem pagas pelo Tesouro Nacional, ou seja, pelo povo, pelo contribuinte. O Governo agirá com presteza, seriedade, tranqüilidade e firmeza, tendo em vista aproveitar as oportunidades que foram criadas pelo fato de que hoje dispomos de uma economia mais estável — disse o presidente.

Em seu novo estilo, mais ofensivo e não deixando ataques ao Governo sem resposta, Fernando Henrique disse que, a partir de agora, vai cobrar mais ação dos seus ministros para a implantação do que chamou de gestão empreende-

dora. Para ele, é preciso "integrar as teias de produção". E, num recado aos opositores do Governo, disse que o Plano Real atingiu a maioria e criticou os "coveiros do Real".

— Este plano passou pela prova dos nove depois que o seu enterro foi anunciado muitas vezes. Não faltaram os coveiros e os que condenaram o Real à morte prematura. Quando, em janeiro

deste ano, o Governo se viu na contingência de aceitar uma desvalorização da moeda, novamente e com certos argumentos de maior peso, não faltaram os que decretassem outra vez o caos e o fim do Real — observou o presidente, afirmando que agora o povo brasileiro é "a verdadeira âncora do Real".

No fim do discurso, ao tratar do desemprego, que atingiu índices alarman-

tes no país, o presidente pediu aos brasileiros que enfrentam o problema que não percam a esperança:

— Não podemos perder a esperança. Esse povo, não digo que ele viva de esperança, mas ele se motiva com a esperança.

Durante o pronunciamento, Fernando Henrique reconheceu ser baixo o valor do salário-mínimo pago no país, R\$

136. Mas observou que ele aumentou bem mais do que a cesta básica na era do Real:

— É baixo o salário-mínimo. Mas o mínimo que se pode fazer é fazer com que ele seja, pelo menos, maior do que a cesta básica — disse o presidente, ressaltando que o salário-mínimo subiu 110% neste período e a cesta básica, apenas 14%.